



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

**A C Ó R D ã O** Nº 423

**Feito** : Processo Nº 576/91-TCE/ACRE

**Relator**: Conselheiro JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA

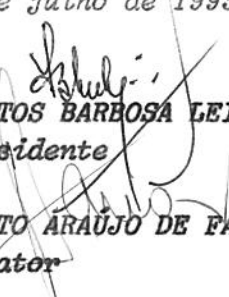
**Assunto**: Contratos de Prestação de Serviços firmados entre a SETOP e as firmas A. J. C. da Silva e outros. Aditivos.-

Contratos de Prestação de Serviços firmados entre a Secretaria de Transportes e Obras Públicas e as firmas: A. J. C. da Silva; Diamante-Construções Comércio e Representações Ltda.; A. J. Construtora e Comércio Ltda.; Contente Engenharia e Comércio Ltda. e J. C. S. Freire.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 576/91-TCE/ACRE, supra mencionado, **A C O R D A M**, à unanimidade, os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, acolher o voto do Conselheiro Relator, parte integrante deste acórdão, para mantê-lo em seus exatos termos, considerando **Irregular** os Contratos firmados, tendo em vista a ilegalidade do processo licitatório, efetivado em desconformidade ao previsto no Decreto-Lei Nº 2300/86, comunicando-se os fatos à Assembleia Legislativa e o Governo do Estado, no sentido de tomarem as medidas cabíveis que o fato requer. ....

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 08 de julho de 1993.

  
**Cons. ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE**  
Presidente

  
**Cons. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**  
Relator

Fui presente:

  
**FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE**  
Procurador-Chefe do Ministério Público Especial

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

15.10.1933

LIQUIDADO NO

DIÁRIO DO ESTADO N. 6078

d. 26 / 07 / 1933 R\$ 504

Secretaria do Pleniário

LIANO DE ALGO ESTADO N. 6.078  
d. 26 / 07 / 1933 1504

Secretaria - do. Flanário



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO: 576/91

RELATOR : Cons. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FÁRIA

ASSUNTO : Contratos e Aditivos celebrados entre a Secretaria de Transportes e Obras Públicas e particulares.

### RELATÓRIO:

Trata o presente Processo de Contratos e Aditivos celebrados entre a Secretaria de Transportes e Obras Públicas e particulares, inspecionados com autorização dada pela decisão sem divergências de votos na sessão ordinária do dia 16 de maio de 1991.

Consta do Processo os Contratos de nºs 79/90, 105/90, 092/90, 100/90, 101/90 e seus respectivos Termos Aditivos.

Analizados os Contratos e Termos Aditivos, encontrou o Técnico desta Corte de Contas, Sr. Manoel Correia Lima Neto, diversas irregularidades que constam do Relatório de fl. 195.

O Parecer TCE-AC-MPE-nº 405, de fl. 191, conciso e eficiente, exarado por seu Procurador Dr. Mário Sérgio Neri de Oliveira, denomina as irregularidades como "maléfica inadimplência à ordem e aos cofres públicos".

O voto do Conselheiro Relator foi acolhido sem divergência e transformado no Acórdão nº 311.

Pelo TCE-AC/GP/OF/nº 347/93 foi encaminhada ao Sr. Ricardo Heira Eluan cópia do Acórdão nº 311 e pelo TCE - AC/GP/OF/nº 348/93 ao titular da Pasta, Sr. Abdel Barbosa Derze.

Com data de 14 de maio do ano em curso, o Presidente desta Colenda Corte de Contas, em despacho de fl. 205, solicita informação da Secretaria das Sessões sobre o cumprimento das exigências contidas no Acórdão nº 311. A Certidão de fl. 205/verso atesta não haver dado entrada naquela Secretaria nenhum documento exigido pelo Acórdão nº 311 (fl.194).

É o Relatório.

Rio Branco-AC, 02 de julho de 1993.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE  
(PROCESSO: 576/91)

CONCLUSÃO E VOTO:

A falta de respeito pela coisa pública é evidenciada a quase todo momento e a incúria acompanha os administradores em todos os seus passos.

Na verdade, merecem rejeição as contas advindas de contratos em que se constate o reiterado cometimento de irregularidades administrativas e jurídico-contábeis, com vista a impossibilitar o controle externo.

A inexistência de publicação em Diário Oficial ou jornal de grande circulação implica em ilegalidade do processo licitatório, nos termos previstos no Decreto-lei nº 2.300/86.

Havemos de convir que os contratos são pretéritos, entretanto, sem causar dano de grande vulto ou quase nenhum ao erário público, ainda não atingiram o instituto da Prescrição, portanto, exequíveis de cumprimento das determinações contidas no Acórdão nº 311.

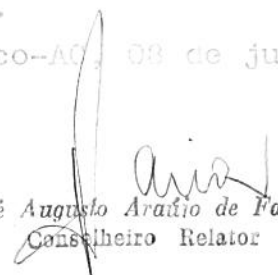
À Corte de Contas cabe, no desempenho de suas atribuições de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e no julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens ou valores públicos, representar aos Poderes Constituídos do Estado sobre as irregularidades ou abusos por ela verificados.

Diante do exposto, VOTO:

No sentido de considerar IRREGULAR os Contratos do Processo em pauta, comunicando os fatos à Assembléia Legislativa e ao Governo do Estado, no sentido de tomarem as medidas cabíveis que o fato requer.

É o voto.

Rio Branco-AC, 03 de julho de 1993.

  
José Augusto Araújo de Faria  
Conselheiro Relator